



Associação Conquistas da Revolução

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

EDITORIAL

Unidade e combate pela Paz

ao lado dos trabalhadores e dos povos do mundo

3

Caros Associados

5

**Abril e Maio - Festa e Luta pelos
Direitos e pela Paz**

6

**Programa das comemorações do
Centenário do Nascimento do
General Vasco Gonçalves**

9

**Salário Mínimo Nacional - Uma
Conquista da Revolução de Abril**

10

**Enfrentemos a luta mais difícil:
Lutar pela Paz**

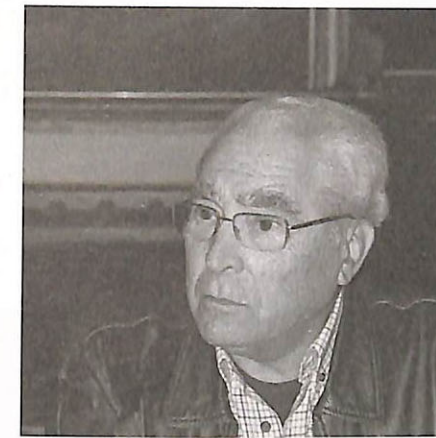
Contra as agressões e na opção determinante que caracteriza os combatentes pela democracia de Abril e pelo futuro que é urgente construir.

Vemos os "ex-social-democratas", de afirmações sempre bombásticas, ajoelharem ainda mais perante os donos e operacionais do imperialismo. Onde havia "dignidade" e "ética" ocas e só figurativas há hoje serventia para lançar mais lenha para as fogueiras que incendiaram e incendeiam. Serviram e servem os mais altos capitalistas, as indústrias da guerra, os desígnios velhos de atacarem direitos, organizações e forças políticas que os enfrentam e asseguram as lutas pela paz e pela dignidade dos seres humanos explorados e oprimidos.

Aqui estamos, unidos e conscientes da gravidade dos desafios, das alianças entre destruidores de muitos países, ao longo da história do século XX e deste século desafiador e decisivo. Na comunidade europeia da desgraça e do endividamento para os países que não se defenderam e preservaram de integrações envenenadas e de serventia aos mais fortes e agressores. Por isso as opções de cada um dos que lutam se tornam ainda mais importantes e necessárias para enfrentarmos velhas e novas traições e ambições que por aí campeiam.

Paz, solidariedade, amizade e confiança nas lutas a desenvolver pelos revolucionários de Abril e Maio. Os que amam a democracia e ambicionam ir mais longe, nos sonhos e nas realidades em que trabalham para enfrentar as ameaças, transformar o nosso país e ajudar a construir novas esperanças e realidades no mundo de paz e progresso que merecemos e queremos.

Modesto Navarro, vice-presidente da Direcção da ACR



Batista Alves, Presidente da Direcção da ACR

Caros associados,

estamos a viver tempos muito difíceis. Ainda não totalmente livres da ameaça pandémica que nos assola, eis-nos perante o espectro negro de mais uma guerra na Europa.

Não vale a pena tecer agora muitas considerações sobre os acontecimentos que nos trouxeram até aqui.

Falhámos todos! E, se um mínimo de humildade consciente não nos fizer parar, vamos matar-nos uns aos outros sem sabermos bem o porquê... e, acreditem, muito provavelmente não ficará ninguém para o contar!

E a solução é tão simples que até dói que a não tenhamos entendido:

Artigo 7.º, n.º2 da CRP de 1976, uma conquista da revolução de Abril

“Portugal preconiza a abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração nas relações entre os povos, bem como o desarmamento geral, simultâneo e controlado, a dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança colectiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos.”

Para melhor podermos comunicar com os nossos associados solicitamos, àqueles que ainda o não fizeram, que nos enviem o seu email para acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!
Apelamo-vos, por isso, que paguem a vossa quota! Podem fazê-lo por Transferência bancária para o **IBAN PT50 0035 2178 0002 9245 6304 6** ou por depósito para a **conta da Caixa Geral de Depósitos: 2178 0292 4563 0**
Sugere-se a visita ao site www.conquistasdarevolucao.pt e ao blogue da Associação www.conquistasdarevolucao.blogspot.com onde são publicados os comunicados e anunciadas as iniciativas da Associação.

Edição: Associação Conquistas da Revolução
Coordenação: Modesto Navarro
E-mail: acr.secretaria@conquistasdarevolucao.pt
Depósito Legal: 360191/13

Abril e Maio

Festa e Luta pelos Direitos e pela Paz

Isabel Camarinha

Secretária-Geral da CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional)



As comemorações do 25 de Abril e o 1.º de Maio vão realizar-se num contexto complexo, ganhando um ainda maior significado.

Passados 48 anos da Revolução, tantos quantos durou a noite fascista, são inegáveis os avanços e a melhoria das condições de vida no nosso país com as transformações e conquistas de Abril. A Revolução abriu as portas à consagração de direitos fundamentais, seja em termos sociais, económicos, políticos e culturais, seja no plano dos direitos laborais.

Os últimos 48 anos são marcados também por décadas de recuperação capitalista, pela negação, deturpação, incumprimento e até reversão de importantes conquistas.

Um processo que não foi mais longe pela resistência e luta dos trabalhadores e das suas organizações de classe, que tem efeitos no presente, em que continuamos a exigir o cumprimento da Constituição e a revogação das normas legislativas que a contrariam.

Uma luta que continua, comemorando Abril e Maio, com os olhos postos no potencial de desenvolvimento que os valores da Revolução projectam para o futuro do país e para a vida de todos os que cá vivem e trabalham.

Num momento em que sobe brutalmente o custo de vida, na maioria dos casos de forma especulativa, o aumento geral dos salários ganha ainda mais um carácter de urgência.

Enquanto se somam lucros e a acumulação de capital por uma minoria, crescem dificuldades para os trabalhadores, que, já antes desta subida de preços, estavam numa situação em que o seu salário ficava muito longe do que é necessário para garantir uma vida digna.

Neste 25 de Abril e no 1.º de Maio, vamos levar à rua a exigência do aumento geral dos salários e das pensões, para fazer face aos preços dos produtos alimentares, energéticos, ou do vestuário, para satisfazer as necessidades dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, para

impulsionar o consumo e dinamizar a economia, garantindo emprego com direitos e valorização das profissões e das carreiras.

É no aumento geral dos salários que está a resposta às desigualdades, à “falta de trabalhadores” ou à emigração forçada da força de trabalho, mais ou menos qualificada, nomeadamente de jovens.

Vamos levar à rua a exigência de combate à precariedade, que faz adiar projectos de vida, que tem implicações em questões tão importantes e estruturais como a demografia e, assim, no próprio futuro do país.

Sim, vamos levar à rua, em festa e em luta, a exigência da regulação dos horários e redução do tempo de trabalho sem perda de retribuição, para dar mais tempo aos trabalhadores para a sua vida pessoal e familiar.

Reivindicamos a elevação das condições de vida e de trabalho, a revogação das normas gravosas da legislação laboral.

O futuro, construído nos valores de Abril que aquele grandioso 1.º de Maio de 1974 moldou de forma indelével, exige a aposta nos Serviços Públicos e nas Funções Sociais do Estado, desde logo a o reforço e melhoria do SNS. Exige a recuperação para a esfera pública de sectores e empresas estratégicas ao desenvolvimento do país e que hoje estão subordinadas à lógica do lucro que esmaga trabalhadores e micro, pequenas e médias empresas.

Neste 25 de Abril e no 1.º de Maio vamos lutar pela paz e pela solidariedade, contra as guerras, as sanções e o militarismo. É tempo de dar oportunidade à Paz e parar, já, a guerra que alguns aproveitam para justificar novos ataques aos direitos de quem trabalha e às liberdades que Abril nos devolveu.

É possível e necessário avançar nos direitos, nas condições de vida, no desenvolvimento soberano do país!

Programa das comemorações do Centenário do Nascimento do General Vasco Gonçalves

– ponto de situação

Na nossa Folha Informativa n.º30, de Setembro de 2021, nas páginas 4, 5 e 6, apresentámos uma descrição mais ou menos exaustiva de tudo o que já havíamos concretizado em cumprimento do Programa das comemorações aprovado em Outubro de 2020.

Em síntese, realizámos já:

- A edição da medalha comemorativa da autoria de Acácio Carvalho;
- A edição de um cartaz comemorativo, trabalho do escultor José Santa-Bábara sobre fotografia de Alfredo Cunha;
- A edição de uma Folha Informativa, especial, dedicada ao Centenário, com textos de personalidades ligadas às áreas de intervenção mais representativas da acção do General, documento indispensável para o estudo da nossa História Contemporânea;
- A edição também de uma brochura, intitulada “Quem foi Vasco Gonçalves”, com textos de Manuel Begonha e Miguel Urbano Rodrigues;
- Realizámos uma exposição fotográfica, em suporte adequado, com vista ao apoio de intervenções nas escolas, associações e autarquias e outras iniciativas locais de comemoração do centenário, para as quais seja pedida a nossa colaboração;

- Participámos na edição do livro do Professor Avelãs Nunes, intitulado “Vasco Gonçalves – essa gente é o que é eu sou um homem do MFA”, cujo lançamento já teve lugar em Coimbra, no Porto, em Viana, em Lisboa, em Évora, em Faro e em Silves e vai prosseguir com uma 2.ª edição;
 - Realizámos um Concerto em Gaia, no Cine-Teatro Eduardo Brazão, em 23 de Abril, organizado pelo Núcleo ACR do Porto;
 - Realizámos um Colóquio “Vasco Gonçalves – a obra e o homem”, em 24 de Abril, no Salão Nobre da Câmara de Matosinhos, organizado pelo Núcleo do Porto com apoio da Câmara Municipal de Matosinhos;
 - Participámos, em 3 de Maio, na inauguração da placa toponímica na Rua General Vasco Gonçalves, no Lumiar, cerimónia que contou com a presença e intervenções da Vereadora da cultura da Câmara Municipal de Lisboa, do presidente Junta de Freguesia do Lumiar, família do General e de nós próprios, ACR, enquanto dinamizadores da concretização deste evento na data em que se completaram os 100 anos do nascimento do General Vasco Gonçalves;
 - Realizámos uma sessão-convívio na Sede da nossa ACR, em 3 de Maio, assinalando a data do nascimento do General Vasco Gonçalves com a inauguração da nossa exposição;
 - Realizámos uma sessão solene, em Lisboa, na Voz do Operário, no dia 9 de Maio;
 - Participámos em evento comemorativo da iniciativa da Câmara Municipal de Loures, no dia 15 de Maio;
 - Realizámos, no Teatro Sá de Miranda em Viana do Castelo, em 23 de Junho, numa iniciativa do núcleo ACR de Viana do Castelo, uma sessão evocativa, com um brilhante momento cultural proporcionado;
- Entretanto tiveram também lugar:**
- Por iniciativa do Núcleo ACR do Porto, no dia 12 de Novembro de 2021, a apresentação do livro “Cem cravos para Vasco Gonçalves” pelo Prof. Avelãs Nunes, com textos de sua autoria e de Mariana Rocha Neves, Valdemar Cruz, Jorge Sarabando, Comandante Almada Contreiras, General Pezarat Correia e Carina Infante do Carmo.
 - Esta sessão contou com o apoio da UPP e foi antecedida pela abertura, às 18H30, de uma Exposição evocativa da vida e obra de Vasco Gonçalves, militar do MFA e Primeiro-ministro de Portugal, entre Julho de 1974 e Setembro de 1975;



Debate sobre o Salário Mínimo na Casa do Alentejo, a 20 de Janeiro de 2022



Exposição do Centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves no Ginásio Clube da Baixa da Banheira, inaugurada a 11 de Março de 2022

- Em 18 de Novembro de 2021, em reunião da Comissão de Honra das comemorações, na Casa do Alentejo, foi decidido avançar com a ideia de construção de um monumento de homenagem à figura ímpar do general Vasco Gonçalves, o “Companheiro Vasco”, para cuja concepção e coordenação da construção a Direcção da ACR havia já contactado, em 17 de Setembro, o Arquitecto Álvaro Siza Vieira. Na reunião foi decidida a constituição de uma Comissão Executiva na qual participariam elementos da Comissão de Honra e representantes das Associações/colectividades, que manifestassem disponibilidade para o efeito;
- Em 27 de Novembro de 2021, por iniciativa do Núcleo ACR de Viana do Castelo, realizámos uma Conferência Vasco Gonçalves na Biblioteca Municipal, com a participação dos militares de Abril;
- Contra-Almirante Martins Guerreiro, Major-General Pezarat Correia, Coronel Nuno Pinto Soares, Coronel José Castro Carneiro e Capitão-de-Mar-e-Guerra Henrique Mendonça;
- Em 15 de Dezembro, na Feira do Livro da Boavista/Porto: apresentação do livro “Cem cravos para Vasco Gonçalves”, com a participação de Alexandra Paz, Diana Ferreira e Coronel Castro Carneiro;
- Em 20 de Janeiro de 2022, em reunião da CH, foi aprovada a Comissão Executiva com uma composição alargada

e nomeada uma delegação da mesma a quem cumprirá concretizar o contacto com a CMLisboa, com a seguinte composição:

Baptista Alves – Presidente da Direcção da ACR
 Daniel Cabrita – Sindicalista
 Helder Mateus da Costa – Dramaturgo e Encenador
 Joaquim Judas – Médico
 Manuel Begonha – Presidente da AG da ACR
 Martins Guerreiro – Contra-Almirante
 Nuno Pinto Soares – Coronel

- Em 20 de Janeiro de 2022, na Casa do Alentejo, realizámos um Debate sobre o Salário Mínimo, uma das Conquistas da Revolução com maior impacto na qualidade de vida dos portugueses e que, apesar das sucessivas desvalorizações a que tem estado sujeito- desvalorizações que a política de direita se tem recusado repor- é ainda hoje um marco indelével da Revolução de Abril. Contámos com a participação de Avelino Gonçalves, Ministro do Trabalho do I Governo Provisório e de Manuel Freitas, Dirigente Sindical.
- Em 11 de Março de 2022, no Ginásio Clube da Baixa da Banheira, foi inaugurada uma exposição do Centenário do nascimento do General Vasco Gonçalves, com a presença do Capitão-de-Fragata Manuel Carvalho em representação da Direcção da ACR.

Salário Mínimo Nacional

Uma Conquista da Revolução de Abril

Manuel Freitas

Dirigente da FESETE (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal)

A Revolução de Abril iniciada na alvorada de 25 de Abril de 1974 e cujo período Revolucionário podemos considerar que se estende até à aprovação da Constituição da República Portuguesa pela Assembleia Constituinte em Abril de 1976 e promulgada pelo presidente da República, General Costa Gomes; foi um curto período revolucionário, ancorado na aliança Povo-MFA, mas profundo nas transformações políticas, económicas, sociais e laborais do País.

De entre o vasto conjunto de direitos sociais e laborais conquistados pelos trabalhadores e pelo povo português, com a sua unidade, organização e luta durante o período revolucionário, relevamos a institucionalização do Salário Mínimo Nacional, SMN, cujo primeiro valor fixado por Decreto-Lei em 1974 foi de 3.300 escudos, o que significou para milhares de trabalhadores aumentos significativos do seu poder de compra e de qualidade de vida; para as trabalhadoras têxteis que auferiam um salário de cerca de 1.400 escudos, correspondeu a um aumento de 135%.

A esta relevante conquista da Revolução juntaram-se outras de igual significado: liberdade de expressão; direito à greve; liberdades sindicais; direito universal à Segurança Social; direito à contratação colectiva; 13º mês entre outras.

O SMN, de facto uma conquista relevante da Revolução de Abril que perdura e que ao longo dos 49 anos da sua existência, 1974 a 2022, transformou-se numa preciosa alavanca da melhoria dos salários em Portugal conjugado com a negociação dos Contratos Colectivos de Trabalho.

Durante este período de 49 anos de existência do SMN podemos constatar: apenas não sofreu qualquer actualização em cinco anos, três dos quais recentemente durante o governo de direita do PSD/CDS e com a intervenção da

troica; em 35 anos a sua actualização anual foi superior à inflação verificada; em 14 anos a sua actualização foi inferior à inflação verificada, por imposição do patronato e decisão dos governos de direita e do Partido Socialista; o saldo acumulado ao longo dos 49 anos da actualização do valor do SMN e do seu confronto com o crescimento da inflação para o mesmo período tem um saldo positivo de 14,8%. Hoje a CGTP/IN reivindica o aumento do SMN para os 850 euros no curto prazo.

Nos últimos anos, num contexto político e social muito influenciado pelas ideias neoliberais, colocando o foco no individualismo exacerbado, uma parte dos trabalhadores abrandaram a sua disponibilidade para lutarem pelas suas reivindicações, a que se associou a criação pelo Partido Socialista do instituto de caducidade, plasmado no Código do Trabalho, que permite ao patronato de forma unilateral, levar à caducidade dos Contratos Colectivos de Trabalho (CCT) negociados, com eliminação dos direitos dos trabalhadores constantes nesses CCT's.

A correlação de forças tem pendido para o lado patronal e em consequência reduziram-se os contratos negociados anualmente, outros foram considerados caducados pelo patronato, colocando centenas de milhares de trabalhadores a receber o SMN, último reduto para travar o aumento das desigualdades, ao contrário do período Revolucionário em que servia de alavanca reforçando o crescimento dos salários através da negociação dos CCT's.

Esta conquista da Revolução de Abril continuará no futuro a ter uma função determinante de alavanca na melhoria dos salários, assim os trabalhadores o considerem como retribuição mínima a partir da qual é necessário lutar de forma organizada nos sindicatos para reduzir as desigualdades e dignificar as diferentes profissões.

Enfrentemos a luta mais difícil: **Lutar pela Paz**

Manuel Marques Pinto

Capitão-de-Mar-e-Guerra e vogal da Direcção da ACR

Estávamos nos finais da primeira quinzena de Fevereiro de 2022 quando escrevi para a nossa Folha Informativa o seguinte texto:

Não sei com precisão quando os leitores deste artigo de reflexão o venham a ler, mas espero com certa esperança e confiança no bom senso de alguns responsáveis Europeus que esta prosa venha a ser lida já depois de terminado este tão conturbado período que estamos vivendo em meados de Fevereiro.

Quando a Europa Ocidental, no seu conjunto, se entregou na dependência dum potentado militar que reside noutro continente e que nos últimos 70 anos lançou e conduziu cerca de uma centena de operações militares ofensivas e destrutivas em todo mundo, talvez fosse altura de os pseudo estadistas Europeus começarem a pensar a quem entregam o destino e eventualmente as vidas das suas populações e deixarem de analisar egoisticamente apenas todo o tipo de apoios, retribuições e vantagens políticas que auferem ao entregar os seus países em mãos e decisões que nada trazem de benéfico ao progresso e paz dos seus cidadãos.

Infelizmente nas últimas décadas apenas o General De Gaulle declarou abertamente e sem receios de revanchismos a sua independência militar e de cidadania do seu povo perante os interesses Norte-Americanos ávidos de dominar economicamente uma Europa enfraquecida por uma Grande Guerra devastadora.

De Gaulle teve a coragem na época de enfrentar a libertação do jugo colonial das possessões que a França detinha com centenas de milhares de cidadãos Franceses residentes nessas mesmas colónias.

Talvez porque fez a guerra e assistiu ou tomou conhecimento do que desde 1941 o Governo dos Estados Unidos pretendia obter de vantagens no domínio da Europa e sobretudo das muitas possessões que a endividada Coroa Britânica e a França detinham espalhadas pelo mundo, decidiu ser ele a ditar os termos e condições de concessão dos novos países se tornarem independentes e que na sua maioria ficaram com ligações fortes em vários campos económicos e não só, em que até o cultural foi muito importante.

Sabemos hoje e documentalmente está provado que o desenho dos países da Europa tal como hoje a conhecemos podia ter sido muito diferente se a ideia gizada por Churchill, que teve sempre a oposição de Roosevelt enquanto vivo, mas obteve mais tarde o beneplácito de Truman, tivesse ido avante com consequências provavelmente graves na Europa continental.

Churchill em 1943 idealizou como se sabe o acordo de paz separada com os Alemães liberando assim todo o ainda forte potencial militar e esforço de guerra alemão para continuar a ofensiva na frente leste e tentar tomar e ocupar e destruir a União Soviética, com o beneplácito dos seus ex-aliados de uns dias antes.

Roosevelt recusou trair o parceiro de guerra que aguentara uma invasão, destruição e morticínio na sua terra, já com mais de 20 milhões de civis mortos, na sua maioria barbaramente assassinados, mas após a morte de Roosevelt e já com uma Alemanha vencida e destruída, o seu sucessor Truman, que era um fraco político, mas vaidoso, ainda se enfeitou com a ideia da destruição da União Soviética e ficar facilmente com o domínio económico de todos os territórios da Europa a leste da Alemanha. →





→ Contudo o poder militar conjunto nessa época não aprovou essa ideia e segundo algumas opiniões deve-se a não existirem na altura bombas atómicas suficientes para em caso de necessidade poder destruir as principais e mais populosas cidades na zona ocidental do território russo como Moscovo, Leninegrado e Kiev, e os Estados Unidos ainda se debatiam com o final da guerra no Pacífico, que lhes consumia meios e homens, pois os aliados nunca pensaram que o Japão poderia ser um tão forte e perseverante inimigo.

Para os leitores mais novos recordo que o confronto no Leste da Ásia e no Oceano Pacífico provocou a perda da vida de mais de 27 milhões só na população civil com uma maioria dessas vidas de Chineses, onde a devastação e ocupação Japonesa destruiu grandes centros populacionais.

Em acções militares nesse teatro da Guerra no Pacífico, em terra e no mar, em menos de 4 anos os Japoneses perderam cerca de 2,5 milhões de militares e os Aliados cerca de 4 milhões.

Para os leitores menos informados poderem fazer uma ideia do que foi uma guerra onde apesar de não haver ainda quaisquer armas de grande alcance e de poder destrutivo como as que existem actualmente, na guerra no mar perderam-se 36 porta-aviões e cerca de 80 cruzadores e navios couraçados e mais de 60.000 aeronaves de todos os tipos, com uma larga percentagem jazendo ainda hoje no fundo do Oceano Pacífico.

Estamos agora quase no fim do mês de Março de 2022.

E a alteração no quadro sócio-político da Europa, com uma guerra em curso, faz que hoje acrescente e insista na necessidade de que todo o cidadão consciente apele aos seus governantes e responsáveis pelo esforço de parar já e não alimentar a continuação da destruição dum país e das suas populações.

Penso que todos nós devemos fazer todos os esforços por convencer os políticos decisores que tudo pode degenerar numa guerra de consequências e proporções absolutamente desconhecidas.

Devemos todos chamar à razão os nossos políticos e também os decisores na Europa e lembrar que a 2.ª Guerra Mundial começou com um incidente intencionalmente provocado numa fronteira, com a forma como hoje se tenta fazer na Ucrânia nas zonas que separam populações de língua e hábitos apenas ligeiramente diferentes, mas que os seus governantes empurrados por interesses estrangeiros tentam dividir e criar ódios cujas consequências hoje com milhares de mulheres e crianças em fuga já se podem calcular num futuro próximo.

Recordo que nós Portugueses temos uma Constituição aprovada em 1976 cujo artigo 7.º os nossos dirigentes actuais querem ignorar e até contrariar. Aconselho vivamente a leitura deste artigo abrindo o link:

<https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-50453375>